



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Núcleo de Controle Interno

PLANO ANUAL DE CONTROLE INTERNO – PACI
EXERCÍCIO 2019
- Atualização¹ -

Coordenação do Núcleo de Controle Interno
Diego Saborido Gazziero

Assessoria Técnica
Enio Nakamura Oku
Moacir Carneiro Junior
Thiago Romualdo de Freitas
Wagner Paulo Martins

Divisão de Auditoria Interna
Leonir Valmorbida

Divisão de Controladoria
Izabel Vieira Szeremeta

Divisão de Normatização
Thiago Martini Ribeiro Pinto

ABRIL/2019

¹ A presente atualização visa promover adequações no Plano Anual de Controle Interno para o exercício de 2019.



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

1 INTRODUÇÃO

O Núcleo de Controle Interno (NCI), em consonância aos princípios que regem a governança pública, elabora um planejamento das suas atividades, organizando-as ao longo do tempo. Entre as premissas que norteiam a elaboração deste instrumento de gestão encontram-se não apenas as advindas dos atos normativos, mas também das ações de caráter contínuo, e das decorrentes da percepção do ambiente interno e externo. A base para a entrega de resultados, auxiliando a Alta Administração, é uma efetiva coordenação dos recursos e da execução das atribuições do NCI com servidores permanentemente capacitados e atuando de acordo com forte padrão ético.

Em atenção as normativas, principalmente Resoluções CNJ² nº 171/2013 e TJPR³ nº 83/2013, as ações de avaliação, consultoria e percepção baseadas em riscos são programadas pelas Divisões de Auditoria Interna, Controladoria e Normatização, com o apoio da Assessoria Técnica, considerando os objetivos estratégicos institucionais, os riscos, e sua estrutura, dado o número de servidores lotados na unidade.

A velocidade das mudanças, originadas das inovações tecnológicas e das comunicações, criam novos riscos às atividades organizacionais, pois alteram processos e procedimentos, além de indicarem novos formatos de encadeamento de dados. Em particular, a disseminação e os desafios da denominada cultura *data-driven* (orientada a dados), apesar de estarem em fase inicial, estão abrindo novas oportunidades para proteção e melhorias dos processos de trabalho.

Assim, os servidores que exercem a avaliação organizacional, precisam adaptar-se constantemente as mudanças das estruturas e dos processos de trabalho, por meio de bases normativas atualizadas e capacitações, para a obtenção de

² Resolução nº 171/2013 – Conselho Nacional de Justiça (CNJ): Art. 9º Para fins de realização de Auditorias deverá ser elaborado Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), quadrienal, e Plano Anual de Auditoria (PAA), observadas as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade atinentes à auditoria, assim como aquelas inerentes ao setor público.

³ Resolução nº 83/2013 – OE/TJPR, Art. 23. Incumbe ao Núcleo de Controle Interno, Órgão Gestor do Sistema de Controle Interno: (...) XIII – Elaborar e submeter ao Presidente do Tribunal de Justiça o Plano Anual de Controle Interno, o qual conterà proposta de atividades e auditorias;



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

competências profissionais que permitam a continuidade do exercício das atribuições agora evoluídas.

Neste contexto, a introdução de avaliações baseadas em riscos, possibilita que as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Controle interno avancem para patamares alinhados as estratégias e objetivos do Poder Judiciário, mirando proteção institucional e a criação de valor, no exercício dos princípios da boa governança.

A Governança no Setor Público, conforme definição do Tribunal de Contas da União⁴, é o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Os trabalhos executados pela Núcleo de Controle Interno estão inscritos nas práticas de governança, ao fiscalizar e avaliar os atos administrativos, apontar avanços e inovações, auxiliar na implementação de cultura orientada a prevenção de riscos e disseminar boas práticas. Além disso, a efetiva comunicação de suas ações, verbal ou escrita, é um dos componentes da estrutura de controle, incumbindo a responsabilidade, assim como aos demais integrantes do Sistema de Controle Interno, em suas áreas de atuação, de sua observância e recomendação de constante melhorias.

Por fim, também foram considerados para definição das prioridades nas ações para o exercício de 2019, o Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021 e as orientações provenientes dos órgãos de controle ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao Poder Judiciário Nacional.

2 AÇÕES PROPOSTAS

O planejamento para o exercício de 2019, como referido, contempla a realização de auditorias internas previstas no PALP 2018-2021, a continuação de

⁴ Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2014.



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

outras, o acompanhamento das auditorias e avaliações já realizadas e execução das ações coordenadas pelo CNJ. Desta forma, são avaliados atos pretéritos, com rigor metodológico e teórico, como é o caso das auditorias internas e da ação coordenada promovida pelo Conselho Nacional de Justiça.

No exercício de ações rotineiras acompanha-se os atos de gestão mediante monitoramento das publicações dos atos administrativos, verificação da conformidade dos objetos de avaliação e acompanhamento da implantação de projetos estratégicos, de forma a tentar prevenir ou apontar a execução de atos irregulares, quando dissociados dos princípios que regem a Administração Pública.

Ainda - com o foco na avaliação dos controles, aprimoramento da comunicação, monitoramento do envio de informações ao TCE-PR e revisão nas normativas - são propostas distintas atividades, algumas em continuidade e outras no marco inicial, visando uma atuação preventiva e a contribuição, da mesma forma que as demais, para o desempenho da Administração Pública.

Fixa-se, para cada atividade prevista para o ano de 2019, o alinhamento com os objetivos ou com as perspectivas do Planejamento Estratégico 2015-2020 do TJPR, disponível em <https://www.tjpr.jus.br/planejamento-estrategico>. Além disso, para uma adequada alocação dos recursos humanos disponíveis nas diferentes atividades programadas, com o objetivo de maximizar os recursos e elevar desempenho, foram estimados horas-atividades e recursos humanos para cada indicativo de ação do NCI.

As atividades serão realizadas por equipes de trabalho, designadas pela Coordenação do Núcleo de Controle Interno, composta pelos servidores lotados no NCI.

Portanto, apresenta-se, a seguir, o Plano de Atividades de Controle Interno para o ano de 2019, em conformidade com as disposições legais e com os Manuais de Auditoria Interna e de Controladoria, sendo composto pelos seguintes planos:

- a) Plano Anual de Auditoria – PAA/2019;
- b) Plano Anual de Controladoria – PAC/2019;
- c) Plano Anual de Normatização – PAN/2019.



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

2.1 PLANO ANUAL DE AUDITORIA – PAA/2019

O Plano Anual de Auditoria - PAA, previsto na Instrução Normativa nº 01/2014 – TJPR, descreve cada uma das atividades e respectiva previsão de execução, acrescentando, para as auditorias internas, os riscos e o alinhamento estratégico.

Atividade 1: Elaboração do Relatório de Atividades de 2018

Previsão de Execução: janeiro

Descrição da atividade: Elaborar o Relatório de Atividades desempenhadas no âmbito da Divisão de Auditoria Interna durante o ano de 2018, a ser submetido à apreciação da Coordenação.

Horas estimadas: 40 h/a

Recursos humanos estimados: 1 servidor

Atividade 2: Acompanhamento da Auditoria no Processo de Fundo Rotativo – 2ª etapa (SEI nºs 0014367-26.2018.8.16.6000 e 0083796-80.2018.8.16.6000)

Previsão de Execução: Janeiro e fevereiro

Descrição da atividade: Realizar o acompanhamento das demais recomendações da Auditoria em Fundo Rotativo apresentadas no Relatório Final de Auditoria, protocolo SEI nº 0012687-74.2016.8.16.6000. (Continuação SEI nº 0083796-80.2018.8.16.6000)

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 12 – Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 160 h/a

Atividade 3: Acompanhamento da Atividade de Avaliação do Processo de Trabalho de Manutenção Predial (continuação SEI nº 0082344-35.2018.8.16.6000)

Previsão de Execução: Janeiro e março (*atividade com previsão de execução alterada*)



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Descrição da atividade: Realizar o Acompanhamento da Atividade de Avaliação do Processo de Trabalho de Manutenção Predial, para verificar o atendimento das recomendações apresentadas no Relatório, protocolo SEI nº 0042512-29.2017.8.16.6000.

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 11 – Proporcionar estrutura adequada às atividades judiciárias e administrativas

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 240 h/a

Atividade 4: Auditoria nos Conteúdos de Governança, Gestão, Riscos e Controle de Tecnologia da Informação e Comunicação (continuação SEI nº 0009496-50.2018.8.16.6000)

Previsão de Execução: Janeiro a abril (*atividade com previsão de execução alterada*)

Descrição da atividade: Avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI, em comparação com padrões internacionalmente aceitos, como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799, ISO 27001, as Resoluções CNJ nº 91/2009, nº 182/2013, nº 198/2014 e nº 211/2015 e o perfil de governança de TI traçado pelo TCU.

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 360 h/a

Atividade 5: Auditoria no Processo de Planejamento Estratégico - continuação

Obs.: Atividade reformulada no PACI/2019, para uma Consultoria em Planejamento Estratégico (atividade 18), em virtude da inclusão da atividade 35 (Projeto de Implantação da Gestão de



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Riscos nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná).

Atividade 6: Acompanhamento da Auditoria no Processo de Controle de Materiais de Consumo

Previsão de Execução: Março a maio (*atividade com previsão de execução alterada*)

Descrição da atividade: Realizar o Acompanhamento da Auditoria em Materiais de Consumo, para verificar o atendimento das recomendações apresentadas no Relatório Final de Auditoria, protocolo SEI nº 0060556-96.2017.8.16.6000.

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 12 – Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 240 h/a

Atividade 7: Ação Coordenada de Auditoria promovida pelo Conselho Nacional de Justiça

Previsão de Execução: Maio e junho

Descrição da atividade: Aplicar o Programa de Auditoria encaminhado pelo CNJ para responder as questões apresentadas nos Pontos de Auditoria, com posterior encaminhamento ao referido conselho, sem apresentação de relatório de auditoria.

Escopo: Avaliação contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e operacional e, ainda, quanto a: a) adequação orçamentária e financeira; b) sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais; c) avaliação das metas do Plano Plurianual (PPA); e d) execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, com identificação de que forma tais instrumentos de ação de governo têm melhorado os serviços do Poder Judiciário prestados à sociedade.



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Observação: Essa atividade se vincula a Auditoria 3 prevista no PALP 2018/2021 (SEI n 0082398-35.2017.8.16.6000)

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 12 – Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 360 h/a

Atividade 8: Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças

Previsão de Execução: Junho a setembro (*atividade com previsão de execução alterada*)

Descrição da atividade: Avaliar se o Balanço Patrimonial apresenta valores condizentes ao patrimônio do Poder Judiciário (bens, direitos e obrigações).

Observação: Essa atividade se vincula a Auditoria 3 prevista no PALP 2018/2021 (SEI nº 0082398-35.2017.8.16.6000)

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 12 – Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 4 servidores

Horas estimadas: 1200 h/a

Atividade 9: Auditoria no Processo de Serviços Terceirizados, com foco nos contratos de vigilância

Previsão de Execução: Agosto a dezembro

Descrição da atividade: Analisar os controles empregados na fiscalização dos contratos de prestação de serviços de vigilância prestados no Poder Judiciário.

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 12 – Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 4 servidores

Horas estimadas: 900 h/a



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Atividade 10: Ação Coordenada de Auditoria promovida pelo Conselho Nacional de Justiça

Previsão de Execução: Outubro a novembro

Descrição da atividade: Aplicar o Programa de Auditoria encaminhado pelo CNJ para responder as questões apresentadas nos Pontos de Auditoria, com posterior encaminhamento ao referido conselho, sem apresentação de relatório de auditoria.

Escopo: avaliação da gestão documental, compreendendo a avaliação sobre a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação dos documentos que são gerados, o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.

Observação: Essa atividade se vincula a Auditoria 4 prevista no PALP 2018/2021 (SEI nº 0082398-35.2017.8.16.6000)

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 04 – Implantar metodologia de gestão por processos de trabalho

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 480 h/a

Atividade 11: Revisão do Plano e Auditoria de Longo Prazo – PALP 2018-2021

Previsão de Execução: Outubro e novembro

Descrição da atividade: Verificar a necessidade de revisar o Plano de Auditoria de Longo Prazo previsto para os anos de 2018-2021, para analisar se as prioridades definidas no plano permanecem as mesmas.

Recursos humanos estimados: 1 servidor

Horas estimadas: 40 h/a



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Estado do Paraná

Atividade 12: Elaboração do Plano Anual de Auditoria – PAA/2020

Previsão de Execução: Outubro e novembro

Descrição da atividade: Elaborar o Plano Anual de Auditoria para o ano de 2020, considerando o Plano de Auditoria de Longo Prazo previsto para os anos de 2018-2021, que comporá o Plano Anual de Controle Interno – PACI – 2020.

Recursos humanos estimados: 1 servidor

Horas estimadas: 40 h/a

2.1.1 Cronograma de Atividades

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atividade 1	X											
Atividade 2	X	X										
Atividade 3	X	X	X									
Atividade 4	X	X	X	X								
Atividade 5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividade 6			X	X	X							
Atividade 7					X	X						
Atividade 8						X	X	X	X			
Atividade 9								X	X	X	X	X
Atividade 10										X	X	
Atividade 11										X	X	
Atividade 12										X	X	

2.2 PLANO ANUAL DE CONTROLADORIA – PAC/2019

Na sequência, são descritas as atividades da Divisão de Controladoria e a previsão de execução, compondo o Plano Anual de Controladoria – PAC, previsto na Instrução Normativa nº 04/2014 - TJPR. As verificações e análises são realizadas por amostragem.



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Atividade 13: Elaboração do Relatório de Atividades de 2018

Previsão de Execução: Janeiro

Descrição da atividade: Elaborar o Relatório de Atividades desempenhadas no âmbito da Divisão de Controladoria durante o ano de 2018, submetido à apreciação da Coordenação do NCI.

Recursos humanos estimados: 1 servidor

Horas estimadas: 40 h/a

Atividade 14: Avaliação de conformidade e legalidade dos atos administrativos

Previsão de Execução: Janeiro a dezembro

Descrição da atividade: Acessar o Diário Eletrônico da Justiça (e-DJ), especificamente na seção das publicações dos atos administrativos, de forma a avaliar a conformidade e a legalidade dos atos administrativos.

Alinhamento estratégico: Processos Internos, Aprendizado e Crescimento, Recursos, Sociedade.

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 420 h/a

Atividade 15: Avaliação e acompanhamento de despesas

Previsão de Execução: Fevereiro a setembro

Descrição da atividade: Verificar despesas executadas pelo Poder Judiciário e selecionar itens de despesa, de forma a avaliar e sugerir aprimoramentos na utilização dos recursos próprios do Poder Judiciário ou sob sua guarda e gestão.

Alinhamento Estratégico: Objetivo estratégico 12 - Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 2 servidores

Horas estimadas: 280 h/a



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Atividade 16: Acompanhamento da execução orçamentária, contábil e financeira

Previsão de Execução: Abril, agosto e dezembro (*atividade com previsão de execução alterada*)

Descrição da atividade: Verificar itens no orçamento do Poder Judiciário e analisar expedientes relacionados à execução orçamentária, contábil e financeira, bem como os dados do Portal da Transparência e envios de informações ao Tribunal de Contas.

A atuação poderá ser realizada por meio de algumas das seguintes ações:

- verificação da adequada realização dos registros contábeis;
- avaliação do cumprimento das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a observância do limite da despesa total com pessoal;
- verificação do alinhamento das receitas financeiras previstas no orçamento às realizadas;
- acompanhamento da movimentação das contas bancárias do Poder Judiciário e verificação das respectivas aplicações financeiras.

Alinhamento estratégico: Objetivo estratégico 12 - Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 2 servidores

Horas estimadas: 160 h/a

Atividade 17: Análise das contratações

Previsão de Execução: Fevereiro a novembro

Descrição da atividade: Selecionar contratos vigentes para a verificação do cumprimento dos requisitos legais, de modo a avaliar expedientes e processos de trabalho relacionados à todas as fases de elaboração de contratos afetos ao Tribunal de Justiça (desde o planejamento da licitação até o fim da vigência contratual)

Alinhamento estratégico: Perspectiva estratégica – Processos Internos

Recursos humanos estimados: 4 servidores

Horas estimadas: 680 h/a



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Atividade 18: Consultoria em Planejamento Estratégico

Obs.: Atividade originalmente prevista para Acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico, reformulada no PACI/2019 para uma Consultoria em Planejamento Estratégico, em virtude da exclusão da auditoria interna prevista neste objeto (atividade 5) e da inclusão da atividade 35 (Projeto de Implantação da Gestão de Riscos nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná).

Previsão de Execução: Agosto a dezembro

Descrição da atividade: Ação de Consultoria em Planejamento Estratégico objetivando prestar orientação à construção e acompanhamento de indicadores estratégicos.

Alinhamento Estratégico: Objetivo estratégico 06 – Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias.

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 300 h/a

Atividade 19: Fiscalização do atendimento pelas unidades administrativas da obrigação de exigir as declarações previstas no DJ nº 2339/2013

Previsão de Execução: Junho a dezembro

Descrição da atividade: Fiscalizar o cumprimento da obrigação das unidades administrativas de exigir, das autoridades e demais agentes públicos, a entrega das Declarações de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado ou das autorizações de acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, na forma estabelecida no Decreto Judiciário 2339/2013.

Alinhamento Estratégico: Perspectiva estratégica - Processos Internos

Recursos humanos estimados: 2 servidores

Horas estimadas: 170 h/a



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Atividade 20: Acompanhamento da implantação da Gestão por Competências

Previsão de Execução: Julho a dezembro

Descrição da atividade: Verificar as técnicas e práticas implementadas no Projeto Gestão por Competências, de modo a examinar o alinhamento, a integração, o compartilhamento e o direcionamento das práticas iniciadas no ano de 2018 junto aos departamentos envolvidos no projeto, através da análise de expedientes SEI e processos de trabalho, e sugerir melhorias relacionadas ao desenvolvimento de Gestão por Competências no âmbito do Poder Judiciário Paranaense.

Alinhamento Estratégico: Objetivo 09 - Implantar Gestão por Competências

Recursos humanos estimados: 4 servidores

Horas estimadas: 420 h/a

Atividade 21: Avaliação da governança em TIC

Previsão de Execução: Julho e dezembro (*atividade com previsão de execução alterada*)

Descrição da atividade: Analisar, avaliar e acompanhar as ações que buscam melhorar a governança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) e de seus indicadores, sob a ótica da Resolução nº 211/2013 – CNJ, de modo a avaliar expedientes e processos de trabalho, sugerir melhorias acerca das ações de governança e à mensuração de desempenho de sistemas, serviços e pessoas, acompanhar e monitorar a implementação da estratégia, de projetos, uso dos recursos e entrega dos serviços.

Alinhamento Estratégico: Perspectiva estratégica - Processos Internos

Recursos humanos estimados: 2 servidores

Horas estimadas: 200 h/a

Atividade 22: Elaboração do Plano Anual de Controladoria – PAC/2020

Previsão de Execução: Novembro



ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Estado do Paraná

Descrição da atividade: Elaborar o Plano Anual de Controladoria para o ano de 2020, que comporá o Plano Anual de Controle Interno – PACI – 2020.

Recursos humanos estimados: 1 servidor

Horas estimadas: 40 h/a

2.2.1 Cronograma de Atividades

Janeiro Fevereiro Março Abril Maio Junho Julho Agosto Setembro Outubro Novembro Dezembro

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atividade 13	X											
Atividade 14	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade 15		X	X	X	X	X	X	X	X			
Atividade 16				X				X				X
Atividade 17		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Atividade 18								X	X	X	X	X
Atividade 19						X	X	X	X	X	X	X
Atividade 20							X	X	X	X	X	X
Atividade 21							X					X
Atividade 22											X	

2.3 PLANO ANUAL DE NORMATIZAÇÃO – PAN/2019

As atividades da Divisão de Normatização são descritas a seguir, destacando-se as avaliações a serem realizadas nos controles internos, monitoramento da remessa de dados ao TCE/PR e a previsão de revisão e elaboração dos manuais de trabalho referente as atividades desenvolvidas pelo NCI.

Atividade 23: Elaboração do Relatório de Atividades de 2018

Previsão de Execução: Janeiro



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Descrição da atividade: Elaborar o Relatório de Atividades desempenhadas no âmbito da Divisão de Normatização durante o ano de 2018, a ser submetido à apreciação da Coordenação do NCI.

Recursos humanos estimados: 1 servidor

Horas estimadas: 40 h/a

Atividade 24: Revisão dos Manuais de Auditoria Interna (Instrução Normativa nº 01/2014) e de Controladoria (Instrução Normativa nº 04/2014) e elaboração do Manual de Avaliação de Controles Internos

Previsão de Execução: 4 meses

Descrição da atividade: Continuidade da atividade de revisão do Manual de Auditoria Interna e Manual de Controladoria, com vistas a promover aperfeiçoamentos conceituais e técnicos, bem como estudos visando a elaboração do Manual de Avaliação de Controles Internos do Poder Judiciário do Estado do Paraná. A atividade será iniciada após a aprovação, pelo Órgão Especial, das minutas de resolução que objetivam promover alterações e aperfeiçoamentos no Sistema de Controle Interno deste Poder.

Alinhamento estratégico: Perspectiva Estratégica – Processos Internos

Recursos humanos estimados: 4 servidores

Horas estimadas: 240 h/a

Atividade 25: Avaliação dos Controles Internos de Fiscalização dos Fundos Especiais do PJPR

Previsão de Execução: Julho a Dezembro (*atividade com previsão de execução alterada*)

Descrição da atividade: Avaliar os Controles Internos instituídos e as ações para a melhoria de controles para a fiscalização das receitas dos Fundos Especiais do Poder Judiciário Paranaense.

Alinhamento estratégico: Objetivo Estratégico 12 – Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 2 servidores



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Horas estimadas: 260 h/a

Atividade 26: Avaliação dos Controles Internos de Arrecadação dos Fundos Especiais do PJPR

Previsão de Execução: Julho a Dezembro (*atividade com previsão de execução alterada*)

Descrição da atividade: Avaliar os Controles Internos instituídos e as ações para a melhoria de controles para a arrecadação das receitas dos Fundos Especiais do Poder Judiciário Paranaense.

Alinhamento estratégico: Objetivo Estratégico 12 – Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas

Recursos humanos estimados: 2 servidores

Horas estimadas: 240 h/a

Atividade 27: Comunicação das ações de Controle Interno

Previsão de Execução: Janeiro a dezembro

Descrição da atividade: Promover ações para a comunicação das atividades, boas práticas, conceitos e orientações relacionados as áreas de controle interno, governança e gestão de riscos, visando contribuir para o fortalecimento do ambiente de controle da instituição e melhoria do relacionamento com as partes interessadas (sociedade, órgãos de controle interno e externo, outras instituições públicas, entre outros). Nesta ação, inclui-se a edição, quadrimestral, do Informativo do Controle Interno.

Alinhamento estratégico: Objetivo Estratégico 1 – Aprimorar a comunicação institucional e Objetivo Estratégico 6 – Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias

Recursos humanos estimados: 4 servidores

Horas estimadas: 400 h/a



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Atividade 28: Avaliação do Gerenciamento de Riscos do Departamento do Patrimônio

Obs.: Atividade retirada do PACI/2019, em virtude da inclusão da atividade 35 (Consultoria ao Projeto de Implantação da Gestão de Riscos nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná).

Atividade 29: Avaliação de Controles Internos da Folha de Pagamento

Previsão de Execução: Setembro a Dezembro (*atividade com previsão de execução alterado*)

Descrição da atividade: Avaliar os Controles Internos instituídos na folha de pagamento de magistrados e servidores, com escopo no respeito ao limitador constitucional (teto), pagamento de horas extraordinárias e indenização de transportes, e, também, os controles instituídos para garantir a segurança e confiabilidade dos registros e lançamentos da folha de pagamento.

Alinhamento estratégico: Perspectivas Estratégicas – Processos Internos e Recursos

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 320 h/a

Atividade 30: Avaliação dos Controles Internos de seleção, nomeação, pagamento e exoneração de juízes leigos e conciliadores remunerados

Previsão de Execução: Maio a Agosto (*atividade com previsão de execução alterada*)

Descrição da atividade: Avaliar os Controles Internos instituídos nos processos de seleção, nomeação, pagamento e exoneração de juízes leigos e conciliadores remunerados do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Alinhamento estratégico: Perspectivas Estratégicas – Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento

Recursos humanos estimados: 3 servidores

Horas estimadas: 320 h/a



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Atividade 31: Acompanhamento da implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

Obs.: Atividade retirada do PACI/2019, em virtude da inclusão de seu escopo de atuação na atividade 8 (Auditoria no Processo de Contabilidade e Finanças).

Atividade 32: Monitoramento SEI-CED, SIAP e e-Social

Previsão de Execução: Janeiro a dezembro

Descrição da atividade: No exercício de apoio ao controle externo (art. 74, IV da Constituição Federal), realizar o monitoramento do envio de dados aos Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), por meio do Sistema Estadual de Informações – Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED) e do Sistema Integrado de Atos de Pessoal (SIAP). Ainda, no exercício de controles preventivos em âmbito institucional, realizar o monitoramento dos procedimentos e estudos promovidos pelas unidades administrativas deste Tribunal para o cumprimento da obrigação de enviar dados ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social) e Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf).

Alinhamento estratégico: Perspectivas Estratégicas – Processos Internos e Sociedade

Recursos humanos estimados: 1 servidores

Horas estimadas: 180 h/a

Atividade 33: Elaboração do Plano Anual de Normatização – PAN/2020

Previsão de Execução: Outubro e novembro

Descrição da atividade: Elaborar o Plano Anual de Normatização para o ano de 2020, que comporá o Plano Anual de Controle Interno – PACI – 2020.

Recursos humanos estimados: 1 servidores

Horas estimadas: 40 h/a



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

Atividade 34: Avaliação da Qualidade dos trabalhos do Núcleo de Controle Interno

Previsão de Execução: Janeiro e Março

Descrição da atividade: Execução, contemplando a pesquisa, estudo e identificação, de atividade destinada a avaliar a qualidade dos trabalhos realizados pelo Núcleo de Controle Interno.

Recursos humanos estimados: 1 servidores

Horas estimadas: 120 h/a

Atividade 35: Projeto de Implantação da Gestão de Riscos nas unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Previsão de Execução: Fevereiro a Dezembro

Descrição da atividade: Prestar apoio e consultoria aos trabalhos de expansão do Projeto de Implantação do Gerenciamento de Riscos às unidades administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, conforme despacho 3697565, do SEI nº 0080235-82.2017.8.16.6000, exarado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça.

Recursos humanos estimados: 4 servidores

Horas estimadas: 1.650 h/a

Atividade 36: Consultoria aos processos de trabalho administrativos da CEVID

Previsão de Execução: Julho a Dezembro

Descrição da atividade: Ação de consultoria à Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) destinada ao aperfeiçoamento e melhoria dos processos de trabalho administrativos daquela unidade.

Recursos humanos estimados: 2 servidores

Horas estimadas: 100 h/a



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Núcleo de Controle Interno

2.3.1 Cronograma de Atividades

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Atividade 23	X											
Atividade 24	Aguardar aprovação das Resoluções											
Atividade 25							X	X	X	X	X	X
Atividade 26							X	X	X	X	X	X
Atividade 27	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade 28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividade 29									X	X	X	X
Atividade 30					X	X	X	X				
Atividade 31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atividade 32	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade 33										X	X	
Atividade 34	X	X	X									
Atividade 35		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividade 36							X	X	X	X	X	X

3 CONCLUSÃO

Foram expostas as ações planejadas para execução pelo Núcleo de Controle Interno no decorrer de 2019. Contudo, surgindo novas demandas, que mereçam priorização, serão executadas por equipe designada pela Coordenação, entre os servidores lotados no Núcleo.

Ao agregar valor à instituição, auxiliando-a no atingimento de seus objetivos, os trabalhos deste NCI fornecem ao gestor uma gama de informações e instrumentos para a tomada de decisões, colaborando para a melhor utilização de seus recursos e na prevenção de ilegalidades e irregularidades, sempre atento as circunstâncias, internas e externas, que possam resultar em uma necessária adequação de suas rotinas, em observância às normatizações e ao compromisso ético.



Estado do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Núcleo de Controle Interno

Além disso, as atividades aqui descritas são sugestões desta unidade de controle interno à Alta Administração, a qual poderá acrescentar ou alterá-las, conforme a sua conveniência e oportunidade.

Por fim, após a apreciação e aprovação da Presidência desta Corte, o presente plano será encaminhado aos gestores para ciência, e divulgado na página eletrônico deste Tribunal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
R Pref Rosaldo Gomes M Leitão, S/N - Bairro CENTRO CÍVICO - CEP 80530-210 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

DESPACHO Nº 3899250 - CI-CNCI

SEI!TJPR Nº 0085736-80.2018.8.16.6000
SEI!DOC Nº 3899250

I- Trata-se de expediente no qual o Coordenador do Núcleo de Controle Interno justifica a necessidade de revisão do Plano Anual de Controle Interno 2019 e apresenta proposta de novo Plano devidamente atualizado.

II- Considerando as disposições nas Resoluções nº 83/2013, de 25/03/2013, do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça, e a de nº 171, de 01/03/2013, do Conselho Nacional da Justiça, APROVO o Plano Anual de Controle Interno atualizado para o ano de 2019, apresentado pelo Núcleo de Controle Interno.

III – Autorizo a divulgação do Plano Anual de Controle Interno para o ano de 2019, na página eletrônica desta Corte.

IV- Retorne ao Núcleo de Controle Interno para as providências.

Curitiba, *data da assinatura eletrônica.*

Desembargador **ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA**

Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná



Documento assinado eletronicamente por **Adalberto Jorge Xisto Pereira, Presidente do Tribunal de Justiça**, em 09/04/2019, às 09:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **3899250** e o código CRC **D569B11B**.